

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.180 - MT (2018/0249294-8)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : PAULO CESAR DA ROCHA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO FURIM - MT006543
AGRAVANTE : PEDRO RODRIGUES ALEXANDRIA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO MARCATTO CIRINO - MT007835
AGRAVADO : AGROPECUARIA PORTEIRA QUEBRADA LTDA
ADVOGADO : SÉRGIO HENRIQUE DE BARROS MACIEL EL HAGE E OUTRO(S) - MT005703

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por PAULO CESAR DA ROCHA contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE DESENVOLVIMENTO, VALI DO E REGULAR DO PROCESSO, ILEGITIMIDADE ATIVA E FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL - NÃO DELIMITAÇÃO DA ÁREA - VÍCIOS SUSCITADOS EM ALEGAÇÕES FINAIS - INVIABILIDADE E NÃO CARACTERIZAÇÃO - LAUDO PERICIAL - PONTOS DIVERGENTES DAQUELES APRESENTADOS PELO ASSISTENTE TÉCNICO DA PARTE ARGUINTE - NULIDADE DO DECISUM - NÃO CABIMENTO - PRELIMINARES REJEITADAS - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO.

A petição inicial só pode ser indeferida liminarmente antes de citado o demandado, pois a efetivação deste ato significa, evidentemente, que ela foi já deferida.

Se da prova carreada aos autos há como pinçar a individualização da área supostamente esbulhada, incabível o argumento de ausência de pressupostos para a Ação de Reintegração, até porque pode ser objeto de dilação probatória.

Demonstrado que apenas parte de dois dos lotes foram vendidos e que a transferência se deu depois do ajuizamento, não há razão para que os adquirentes assumam o polo ativo na condição de litisconsortes.

A divergência entre o laudo pericial e aquele apresentado pelo assistente técnico da arguinte não autoriza a nulidade da sentença que optou pelas informações apuradas no primeiro.

Comprovados pela autora a posse anterior, o esbulho pelos réus e a respectiva data, deve ser mantido o decisum que confirmou à liminar antes deferida e julgou procedente a Reintegratória, reconhecendo inclusive a má-fé da posse da parte requerida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, sustenta que:

a) não ficou demonstrada a posse sobre as glebas de terra denominadas Rouxinol e Uirapuru, a autorizar a procedência do pedido da ação possessória, calcada em suposto esbulho nos ;

b) existência de litisconsórcio ativo necessário entre todos que têm interesse na reintegração de posse; e

c) nulidade dos atos processuais a partir da perícia, por inobservância do contraditório.É o relatório.

DECIDO.

2. Verifico que, apesar da explicitação dos fatos e fundamentos, não foi apontado qualquer dispositivo de lei federal como afrontado, o que enseja a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula nº 284/STF.

3. Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator